

• Nacional

DÍVIDA EXTERNA

O estado e a prefeitura de São Paulo negociam o refinanciamento

por Claudia Izique
de São Paulo

A intenção do governo federal de reduzir os percentuais de rolagem das dívidas externas dos Estados e Municípios encontrará resistências no Estado de São Paulo e na Prefeitura Municipal de São Paulo.

"Não há base legal para isso", diz o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, argumentando com a decisão do Congresso Nacional que autoriza o repactuação de 75% do estoque de suas dívidas, calculadas em US\$ 5 bilhões pela Secretaria da Fazenda.

"Queremos que o governo federal dê aos Estados e Municípios o mesmo tratamento que adota para si quando rola 100% de suas dívidas externas", diz o secretário municipal de Finanças, Amir Antonio Kahir. Ele lembra que desde 1982, "a União não faz qualquer amortização do principal da sua dívida".

Como a Constituição garante isonomia entre a União, Estados e Municípios, ele diz, o tratamento das dívidas deveria ser igual.

O Estado de São Paulo procura negociar com o governo federal a inalteração do esquema de refinanciamento de sua dívida. Esse tema será tratado numa reunião entre secretários do governo paulista e o secretário executivo do Ministério da Economia, Eduardo Teixeira, na próxima semana, em Brasília. São Paulo, diz o secretário Estadual de Planejamento, Frederico Mazzuchelli, não se coloca contra medidas de ajuste, mas considera que "esses ajustes não podem ser feitos com a subtração da capacidade de gastos dos Estados e Municípios".

A prefeitura paulista, deverá alinhar-se à Frente Nacional de Prefeituras — que se reunirá na próxima segunda-feira, em Curitiba — para defender a suspensão do pagamento de sua

Rolagem de 75% será defendida

por Milton Wells
de Porto Alegre

O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Antonio Carlos Brittes Jaques, informou ontem que seu estado deverá defender na próxima reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), no dia 30 deste mês, a obediência à Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano passado, que estabelece a rolagem de 75% da dívida externa dos estados a vencer neste ano.

Ele não concorda com as modificações introduzidas pelo Ministério da Economia, relativas a um limite de rolagem de 53%, alegando que, se isso for implementado, o estado será obrigado a reduzir parte de seus investimentos. "Os estados vão querer do governo o mesmo tratamento que este dispensa aos credores internacionais", afirmou o secretário.

O débito externo do estado corresponde a Cr\$ 13,9 bilhões, o que representa 10,3% do total da sua dívida global. Se prevalecer a determinação do Ministério da Economia, o Rio Grande do Sul terá de pagar 47% do total a vencer neste ano, o que significa cerca de Cr\$ 1,2 bilhão, ou 12% da arrecadação líquida de um mês.

dívida de US\$ 500 milhões. "O dinheiro é do município. Já pagamos e repagamos as nossas dívidas com os juros", diz o secretário municipal de finanças. "Já temos muitas carências. Se pagarmos mais, deixaremos de atender os serviços básicos."

A posição da prefeitura de São Paulo, que Kahir diz coincidir com a da Frente Nacional de Prefeituras, é de intervir no processo de renegociação da dívida externa, "criando barreiras para o governo federal". "Estamos procurando defender o cidadão."